

# a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

10



# ficha técnica

## Título

**A OBRA NASCE**  
revista de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Fernando Pessoa  
nº10, dezembro de 2015

## Edição

edições Universidade Fernando Pessoa  
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto  
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269  
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

## Direção

**Álvaro Monteiro** (Diretor da Faculdade de Ciência  
e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa)

## Conselho de Redação

**Luis Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)  
**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

## Coordenação Científica

**Sara Sucena** (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

## Conselho Científico

**Antonella Violano** (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"  
della Seconda Università degli Studi di Napoli)  
**Avelino Oliveira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)  
**Clovis Ultramari** (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)  
**Conceição Melo** (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FRUP/FEUP)  
**João Castro Ferreira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)  
**Luís Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)  
**Paulo Castro Seixas** (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)  
**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)  
**Sandra Treija** (Vice-Dean of the Faculty of Architecture  
and Urban Planning of Riga Technical University)  
**Sara Sucena** (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)  
**Teresa Cáliz** (Professora Auxiliar na Faculdade  
de Arquitectura da Universidade do Porto)

## Composição

**Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa**

## ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

**A evolução do mosteiro e o condicionalismo  
que impôs ao lugar de Lorvão. Início do processo  
de regeneração/reabilitação urbana**  
**The evolution of the monastery and  
the constraint imposed on the place  
of Lorvão. The beginning of the urban  
regeneration/rehabilitation process**

**Fábio Fonseca Nogueira**, ARQUITETO

Mestrando em Energia para a Sustentabilidade, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra

**fabio.f.nogueira@gmail.com**

**Carlos Reis de Figueiredo**, ARQUITETO

Professor auxiliar, Escola Universitária das Artes de Coimbra

**c.reisfigueiredo.arqbeira@gmail.com**

**RESUMO**

A vila de Lorvão bem como o mosteiro resultam do somatório de várias transformações ao longo dos tempos, desde a origem no século VI até aos nossos dias, passando por períodos de abundância e por períodos de decadência. No princípio do século XIX começou a decadência, com a lei que baniu as ordens religiosas. Veio a pobreza e o mosteiro caiu em ruínas.

Entre 1940 e 1960 o mosteiro foi alvo de restauro e adaptado a hospital psiquiátrico – nesta época é proposta pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma plan-ta com indicação do limite da zona de protecção do monu-mento, limite que pouco contribuiu para a dignificação da riqueza cultural e histórica do mosteiro.

No contexto da regeneração urbana do centro histórico de Lorvão, será feita uma análise da evolução do mosteiro e os condicionalismos que este impôs ao lugar de Lorvão.

**PALAVRAS-CHAVE**

Mosteiro de Lorvão, Beneditino, Cisterciense, Evolução ur-bana, Regeneração

**CRESCIMENTO URBANO DA VILA DE LORVÃO**

A história de Lorvão, enquanto lugar habitado, perde-se no tempo. Os vestígios mais antigos remontam ao Eneolítico, com a descoberta, em 1973, de um fragmento de um ma-chado de pedra polida, que foi datado como pertencente ao período compreendido entre 2500 e 1500 a.C. pelo historia-dor Nelson Correia Borges, que a propósito do achado es-creveu o seguinte

*"[...] se é verdade que Lorvão era povoado no eneolítico cer-tamente seria por pastores, que acorriam a esta zona por ser fértil com vários canais de água, e a haver construções seriam pequenas e simples habitações de camponeses dis-persas na encosta."* (Borges, 1997, p.5)

**ABSTRACT**

The town of Lorvão and its monastery are the result of a series of transformations through the centuries, since its origins in the 6<sup>th</sup> century to the present times, across periods of affluence and periods of decay. In the early 19<sup>th</sup> century, the law that banned religious orders from Portugal started a long period of decay and poverty and the monas-tery eventually became a ruin.

Between 1940 and 1960, the monastery was subject to works of rehabilitation and eventually it was transformed into a psychiatric hospital. At the same time, the General Directorate for National Buildings and Monuments set up a map defining a protected environmental area for the mon-ument. However, this seems to have been overlooked and the town became characterless and unsuitable to its cul-tural and historical importance.

The rehabilitation of the historic center of Lorvão will in-volve an analysis of the monastery and of the conditions it imposed to the town development.

**KEYWORDS**

Lorvão Monastery, Benedictine, Cistercian, Urban develop-ment, Regeneration

Em 1914, aquando das obras de adaptação do mosteiro de Lorvão a posto de registo civil, foi descoberta uma lápide sepulcral, que remonta ao século I (Vasconcelos, 1917, p. 365 e 366), escrita em latim e cuja tradução se transcreve "Gaio Valério Juliano Seillense, de 18 anos de idade, está aqui sepultado. Que a terra lhe seja leve. Marco António Juliano mandou fazer este monumento à memória de seu virtuo-síssimo irmão". (Borges, 2013, p.15)

Com base nesta descoberta, foi levantada a hipótese de a dita família Juliano se ter fixado no local onde hoje é Lorvão, tendo aí edificado uma villa romana, teoria que foi corro-borada quando, mais tarde, foram descobertos um fuste e uma ara da época romana.

## MOSTEIRO BENEDITINO DE 547 A 1211

Definir a data de fundação do mosteiro beneditino de S. Mamede de Lorvão tem sido tema de discórdia, sendo a data de 547 a mais consensual, baseando-se na descoberta em 1983, de uma pedra visigótica lavrada.

*“A pedra visigótica pode ser datada do século VI sendo que, seguramente, já estaria sob a cornija mais baixa da torre dos sinos desde o século XVI, provavelmente reaproveitada de outro local do mosteiro e colocada neste sítio durante as obras da torre. A decoração é típica da arte visigótica sobretudo pelo relevo com motivos vegetalistas, nomeadamente com cachos de uvas e silvas, corroborando a de que a primeira basílica de S. Mamede já existia em Lorvão desde o século VI, provavelmente alguns anos antes de 547”.* (Borges, 1983, p.57)

Outro facto que corrobora esta data é o facto de o primeiro abade de Lorvão ter sido Lucêncio, que posteriormente se tornou Bispo de Conímbriga.

Aquando da implantação do mosteiro pela ordem Beneditina o mais provável é que a dita villa romana já se encontrasse em ruína admitindo-se que os restos desta tenham sido adaptados à nova função religiosa.

A basílica beneditina implantar-se-ia na zona do actual antecoro e seria constituída por três tramos, com a cabeceira composta por três capelas redondas e falso transepto. Da primitiva igreja os únicos elementos que chegaram aos nossos dias foram um capitel de grés amarelo com motivos vegetalistas e um cachorro em forma de ave que segura, numa das patas uma pinha. Em Lorvão haveria também uma torre defensiva, que ainda é perceptível na planta do rés-do-chão actual encastrada no corpo nordeste. (Borges, 1992, p.92)

Desta época foram poucos os artefactos que chegaram aos nossos dias. No entanto, sabe-se que os monges beneditinos de Lorvão atingiram um notável grau de cultura, como o testemunham os livros com iluminuras medievais aí produzidos, designadamente o Livro das Aves (1183) e o Apocalipse do Lorvão (1189).

Actualmente, o Apocalipse de Lorvão encontra-se na Torre do Tombo, sendo uma das obras medievais portuguesas mais importantes quer pela originalidade das suas iluminuras quer pelo seu excelente estado de conservação. A sua originalidade reside no facto de nos revelar o imaginário fantástico do homem medieval, dando a conhecer alguns dos seus maiores medos, através de iluminuras que representavam o bestiário que povoava os pesadelos do homem medieval.

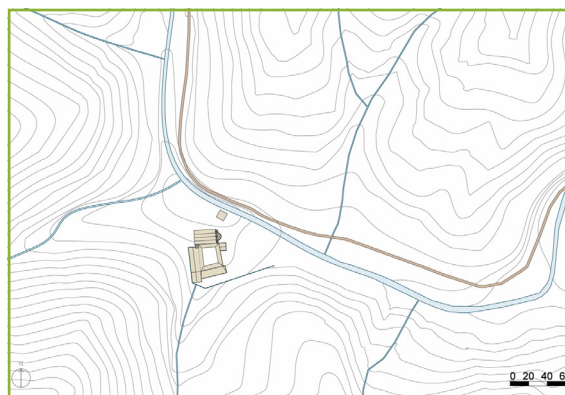


Fig. 1. Planta de Lorvão entre 547 e 1211

## MOSTEIRO CISTERCIENSE: 1211-1800

Em 1205 D. Pedro Soares, bispo da diocese de Coimbra, concede a D. Teresa o Mosteiro Lourbanens (Brito, 1602, p. 450-452) para esta aí implementar o primeiro mosteiro cisterciense feminino de Portugal. No entanto os monges beneditinos não se resignaram, encetando, diligências para não abandonarem a sua casa, recorrendo ao Papa que só em Novembro de 1210, depois de analisar todos os elementos deu o seu parecer final, decidindo que os monges beneditinos teriam de abandonar o mosteiro de Lorvão.

Em 1211, dá-se uma grande transformação: S. Mamede do Lorvão passa a ser ocupado pelas monjas da ordem de Cister, passando o mosteiro a ser governado por D. Teresa, filha do rei D. Sancho I. (Marques, 2011, p.13)

Apesar das vicissitudes iniciais, Lorvão rapidamente se torna um local de prestígio que acolhia senhoras da alta nobreza.

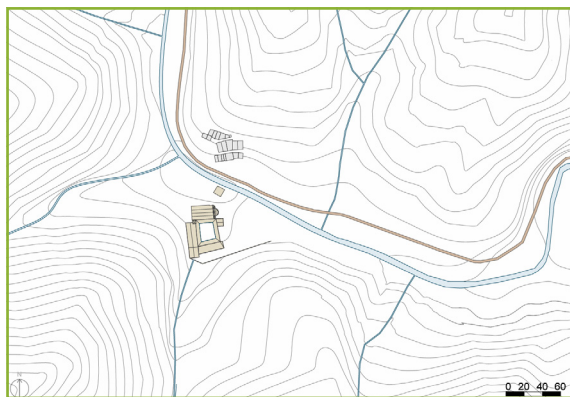


Fig. 2. Planta de Lorbão entre 1211e 1600

Aquando da instalação das monjas, o edifício sofreu ligeiras alterações que se prenderam com questões funcionais e de promoção da clausura das monjas, tendo sido acrescentado um locutório, local onde as monjas podiam contactar com o exterior.

Rapidamente, a casa monástica transformou-se no centro económico da região, tornando-se numa das mais ricas do reino, graças ao contacto permanente com a corte, que auxiliou a comunidade nos primeiros tempos.

O lugar de Lorbão não passaria de um pequeno povoado, cujos habitantes se dedicariam ao cultivo das terras do mosteiro. Serão desta época os primeiros edifícios para acolher viajantes ou mulheres que não pertencendo ao mosteiro, se ligavam a este por razões espirituais ou que, por serem familiares das noviças, permaneciam próximo da instituição durante algum tempo.

A demografia de Lorbão, fruto da necessidade de mão de obra para explorar os terrenos pertença da comunidade religiosa feminina, rapidamente cresceu!

Contudo a vida das monjas laurbanenses não foi pacífica e no século XVI a peste negra e a guerra afectaram a casa religiosa, tendo restado apenas nove monjas, que se uniram para agir em defesa dos interesses do mosteiro, permitindo a Lorbão sobreviver apresentando já, no final de século, indícios claros de recuperação.

O século XVII deu um novo alento às instituições cistercienses em Portugal, com a reabertura dos noviciários. Entre 1600 e 1650 assistiu-se em Lorbão a um autêntico renascimento do prestígio da instituição.

Neste período, são construídos novos espaços como o dormitório, igreja, coro e enfermaria e reorganizou-se o cartório, entre muitas outras dependências que possibilitaram o crescimento do número de monjas e da sua riqueza, o que originou um crescimento demográfico do lugar de Lorbão.

Perante o número cada vez maior de casas de populares na encosta do monte, defronte do mosteiro foi construído o muro de clausura, uma barreira ao mundo exterior.

Com a construção da cerca, a separar o burgo da casa monástica, em 1636 foi erguida a porta do pátio associada a uma pequena ponte de arco de volta perfeita em pedra que atravessa a ribeira de Lorbão. "O Portal ainda hoje existe associado ao muro que o complementa, com o contorno recortado em arcos e o vão da porta moldurado por cantarias almofadadas, rematando no topo por uma cartela recortada com enrolamentos exibindo o escudo partido de Leão e Portugal". [Gonçalves, 1953, p.195]

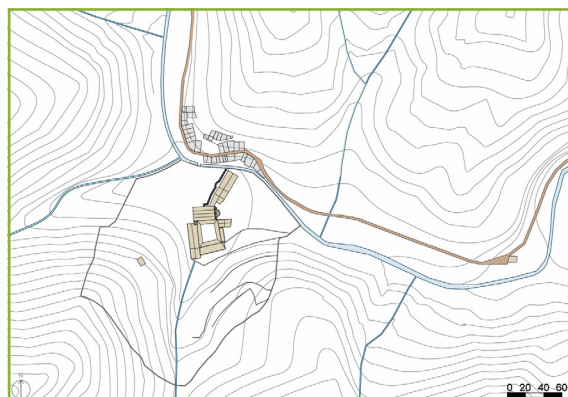


Fig. 3. Planta de Lorbão entre 1600 e 1640

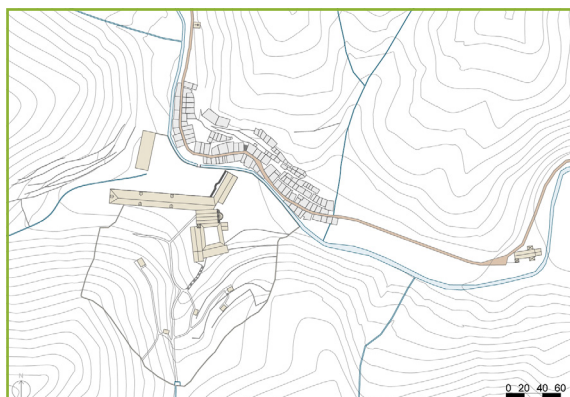
Ao fortalecerem a sua clausura com a construção da cerca monástica, supõem-se que tenha sido nesta época que Lorbão assiste a um grande crescimento demográfico, fortalecendo a ocupação da encosta do monte e crescendo para este, ao longo da antiga estrada em paralelo com a ribeira. Essas casas não seriam mais do que algumas dezes-

nas, de construção popular abrangidas pela tutela do mosteiro e da sua carta foral.

Na segunda metade do século XVII, existiam 124 monjas em Lorvão, e para responder às necessidades de tantas religiosas, são feitas obras de melhoria do claustro, bem como grandes obras de ampliação de mais um piso no dormitório, o que conferiu um ar majestoso a todo o complexo. [Castro, 1938, p.239]

É também nesta época que é construída uma nova igreja paroquial fora da cerca do mosteiro: o local escolhido correspondia ao espaço da antiga Ermida da Nossa Senhora da Esperança do século XVI que se encontraria em ruínas [PDM Penacova, 1993, p.14] logo à entrada de Lorvão num dos locais com melhor exposição solar. O edifício ainda hoje existe, embora bastante alterado, e serve de capela de apoio ao cemitério.

O facto de estar deslocada do centro do Burgo fez com que a vila crescesse ao seu encontro reforçando a forma longitudinal do povoado ao longo da ribeira. Esse crescimento populacional pressionou o convento a realizar obras de remodelação e beneficiação, já bastante afectado pelo tempo e pelo seu intenso uso.



**Fig. 4.** Planta de Lorvão entre 1640 e 1700

Na viragem do século XVIII, foram feitas várias obras de beneficiação. A instituição vivia um período de grande prestígio cultural e o número de noviças a ingressar na instituição era cada vez maior, obrigando a criação de uma nova noviciaria, projecto do arquiteto cisterciense Alexandre de S. João. [Borges, 1992, p.454-458]

Neste período as monjas têm as primeiras preocupações em receber condignamente os seus convidados, tendo sido construída uma casa de residência para padres e hospedaria para visitantes, dentro da cerca monástica. No entanto perante o número cada vez maior de peregrinos que se deslocavam a Lorvão após a beatificação e transladação das santas rainhas D. Teresa e D. Sancha para o mosteiro de Lorvão, a abadessa D. Bernarda de Teles manda edificar novas casas de acolhimento fora da cerca monástica.

Em frente ao terreiro, terão sido construídas três casas de hospício. Simultaneamente, na encosta do monte, são edificadas mais duas residências para acolherem membros da alta sociedade, as quais dispunham de cavaliças e eram banhadas pelo sol (actual casa do monte). [Borges, 1992, p.418]

Apesar das várias tentativas de modernizar e actualizar a igreja, esta manteve-se durante séculos com a forma original dos monges beneditinos e só na segunda metade do séc. XVII se assiste à última grande reforma do mosteiro quando a comunidade monástica optou por destruir a tão venerada igreja herdada dos monges Beneditinos para, no seu lugar, construir uma nova igreja com uma imagem esplendorosa e monumental, tendo sido convidado para a projectar o arquiteto Mateus Vicente de Oliveira. O arquiteto abdica do sentido primitivo da simplicidade cisterciense em favor da monumentalidade, definindo um edifício que conjuga o coro com a igreja através da fusão de dois corpos rectangulares, em que o mais longo corresponde ao coro dos leigos e o mais curto ao coro monástico. [Borges, 2003, p.620-622]

A igreja foi condicionada pelas construções que a envolviam sendo de uma só nave com três tramos e falso transepto encimado por um zimbório. A igreja estaria quase pronta quando em 1761, aí foi proferida a primeira homilia. Nos anos seguintes foram ainda feitas várias obras de ampliação e de restauro de algumas dependências.

Com a chegada do final do século XVIII, as monjas laurbarnenses não voltariam a encetar obras no complexo monástico, que ficava no total com quatro dormitórios, noviciaria, seis hospedarias, coro, igreja, dois claustros, refeitório, cozinha, enfermaria, botica, cartório, livraria, oito locutórios, oficinas e celeiro.

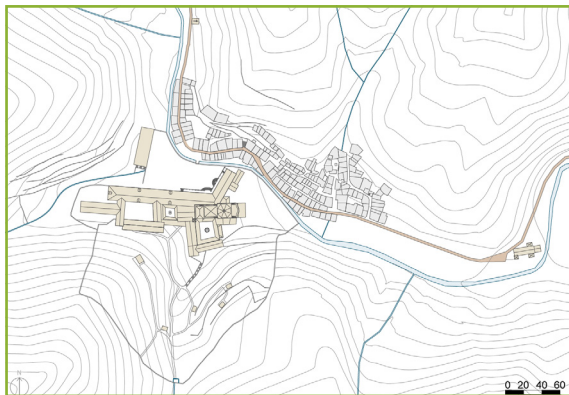


Fig. 5. Planta de Lorvão entre 1700 e 1834

### PERÍODO DE 1800 A 1887

No início do século XIX, com as sucessivas invasões francesas, as monjas foram obrigadas a contribuir com quase toda a prata para a guerra e a alojar na sua casa dos padres o general Duque de Wellington em 1811. “Os soldados Franceses não terão chegado a passar do alto da serra, mas o medo obrigou a que a maioria das monjas abdicasse da clausura, saindo do cenóbio” (Borges, 1997, p.22). O mosteiro não terá sido abandonado por completo durante as invasões francesas mas, como é típico dos períodos de guerra, as finanças da instituição foram afectadas, não impedindo no entanto que estas se mantivessem prósperas até 1834, data da extinção das ordens religiosas.

Com a abolição das ordens religiosas, o mosteiro de Lorvão e as suas monjas ficaram sem os principais rendimentos, o pagamento do dízimo e os direitos senhoriais, “sem rendas nem privilégios a miséria bateu à porta do mosteiro”. (Borges, 1997, p.22) Para sobreviver, as monjas deram início a delapidação de todas as riquezas acumuladas durante séculos.

Em 1853, quase duas décadas passadas sobre a extinção das ordens religiosas, Alexandre Herculano escreveu um testemunho da sua passagem por Lorvão que intitula “As freiras de Lorvão” no qual alerta ao seu amigo António de Serpa Pinto [político português da segunda metade do século XIX] para a miséria que assolava o mosteiro de Lorvão, do qual se retiram alguns trechos exemplificativos:

*“Meu Amigo. – Escrevo-lhe do fundo do estreito valle de Lorvão, defronte do mosteiro onde repousam as filhas de Sanchão I; deste mosteiro melancolico e mal-assombrado como as montanhas abruptas que o rodeiam por todos os lados: escrevo-lhe com o coração apertado de dó e repassado de indignação. Descendo a examinar o archivo das pobres cistercienses, penetrei no claustro por ordem da auctoridade ecclesiástica. Lá dentro, nesses corredores húmidos e sombrios, vi passar ao pé de mim muitos vultos, cujas faces eram pallidas, cujos cabellos eram brancos. Esses cabellos nem todos os distinguui o decurso dos annos: a amargura embranqueceu os mais delles. Quasi todas essas faces tem-nas empallidido a fome. Morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas n’uma tumba de pedra e ferro. [...]*

*Imagine, meu amigo, uma noite de inverno, no fundo desta espécie de poço perdido no meio da turba de montes que o rodeiam: imagine dezoito ou vinte mulheres idosas, mettidas entre quatro paredes húmidas e regeladas, sem agasalho, sem lume para se aquecerem, sem pão para se alimentarem, sem energia na alma, e sem forças no corpo, comparando o passado, sentindo o presente e antevendo a futura.[...]*

*Quando a ultima freira de Lorvão expirar de miséria, ou de baixo dessas paredes interiores do mosteiro que ameaçam desabar, os ministros soffrerão com animo paternal que mãos piedosas vão lançar o cadáver da pobre monja no osuário de sete séculos, onde repousam as cinzas de milhares de suas irmãs. Depois venderão o edificio e a cerca a algum destes judeus do século XIX, a que chamamos agiotas, se algum houver a quem passe pelo espirito ter uma casa de campo em Lorvão [...]* (Herculano, 1908, p.61 e 62).

Depois do alerta de Alexandre Herculano e perante o sequestro dos bens do mosteiro, cada vez mais frequentes, o Ministério das Finanças em 1857 mandou que fosse organizado um inventário de todos os bens pertença do mosteiro. Este iniciou-se em 1860: “são enumerados bem imóveis (prédios rústicos e urbanos), objectos de culto e profanos, elementos roubados e vendidos, bens móveis e documentos do cartório”. (Borges, 1997, p.22)

Em 1863, um total de mil quatrocentos e oitenta documentos, bem como todos os livros desnecessários à adminis-

tração da casa religiosa foram transferidos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Despojadas de todos os seus bens os anos que se seguiram foram de miséria, inclusivamente de mendicidade, e como será de prever o mosteiro não resistiu por muito mais tempo. Em 1887, com a morte da última monja de Lorvão, D. Luísa Tudela finda-se assim, de um modo tão conturbado a história de quase sete séculos de mosteiro cisterciense. (Borges, 1992, p.22)

### A OCUPAÇÃO PROFANA DO MOSTEIRO DEPOIS DA EXTINÇÃO DA ORDEM RELIGIOSA

Depois da morte da última religiosa, em 1887, o mosteiro passa a estar sob alçada da Junta de Freguesia de Lorvão. Foi nessa época que o edifício foi saqueado, vandalizado e destruído pelos habitantes de Lorvão que, num contexto de pobreza, foram incapazes de o reconhecer como património a preservar, vendo apenas uma potencial fonte de matéria prima a ser reciclada para construir as suas próprias habitações.

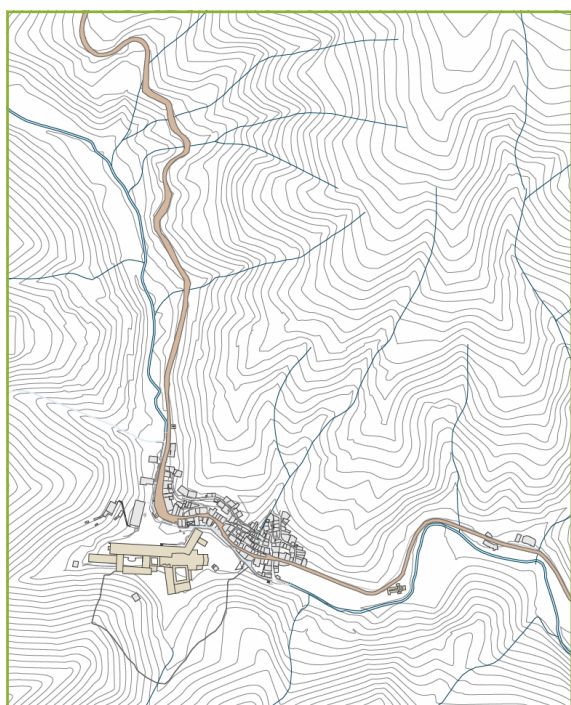


Fig. 6. Planta de Lorvão entre 1700 e 1834

Numa tentativa fugaz de tentar preservar a antiga casa monástica, depois da sua extinção, aproveitaram-se alguns dos seus espaços para funções sociais e de serviços, tendo sido ocupado o antigo dormitório por famílias carenciadas que aí estabeleceram o seu lar, a par com pequenas unidades artesanais de produção de palitos. (BDGEMN, 1960, processo de obra)

As casas que outrora eram pertença do mosteiro acabam por ser vendidas a particulares que as demoliram para aí edificarem novas casas, ou então alterarem-nas por completo.

### PERÍODO DE 1940-1960

Sem qualquer tipo de manutenção, o alçado sul rapidamente se torna em ruína, tal como a cerca, os claustros e a noviciaria. O edifício degradava-se rapidamente e só a sua classificação como monumento o poderia impedir de uma degradação total. Esse reconhecimento é alcançado em 1910 e o mosteiro de Lorvão figura na primeira lista de Monumentos Nacionais.

Durante o regime do Estado Novo em Portugal é fundada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN, cujo objectivo era o de elaborar projectos de reparação, restauro e conservação dos monumentos nacionais.

O primeiro relatório da DGEMN sobre o mosteiro de Lorvão é datado de 1932 e regista que “o edifício Laurbanense tinha preocupantes patologias estruturais na zona da igreja, sendo imprescindível a sua recuperação a fim de evitar a ruína completa”. (Tomé, 2003, p.709)

*“Depois, Lorvão ficou de todo abandonado, de todo se aruinou. A casa conventual pouco mais era que um monte de escombros quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais determinou o seu restauro. Reconstruída respeitando-se em tudo a traça seiscentista”.* (DGEMN, 1960, p.13)

Para que se pudessem iniciar as obras de restauro, existiam contratempos que tiveram de ser resolvidos, nomeadamente o realojamento das pessoas que tinham ocupado o

dormitório: só na década de quarenta é que é resolvida esta questão iniciando-se as reformas do Mosteiro escalonadas em três momentos.

A primeira fase teve o seu início em 1943, envolvendo trabalhos de conservação e reparação de patologias graves, especificamente na estabilização estrutural do cunhal norte da cabeceira da igreja, em situação de ruptura iminente por cedência das fundações.

Na segunda fase, que se estendeu até aos anos 60, as intervenções tiveram o intuito de reconstruir e consolidar os espaços monacais, tendo sido reposta a arquitetura seiscentista do monumento. Foram assim recuperadas todas as dependências do antigo mosteiro, a nível de paredes, coberturas, pavimentos e vãos. As construções a nascente do antigo locutório e a sul do dormitório foram demolidas, porque em avançado estado de degradação e por desconhecimento da sua função programática inicial.

A última fase da intervenção consistiu na adaptação do dormitório a hospital psiquiátrico, cujo programa foi desenhado pelo Dr. Bissaya Barreto. Depois de as obras estarem concluídas o edifício foi entregue ao Ministério da Saúde e Assistência. (Tomé, 2003, p.722)

Ainda na segunda metade do século XX houve a necessidade de consolidar a envolvente do mosteiro, sendo o espaço a norte em frente do mosteiro, convertido em jardim público. Com estas obras de adaptação, foi demolida a antiga casa do forno, a ribeira foi parcialmente encanada e a fonte pública foi desmantelada e reedificada em frente da actual Junta de Freguesia.

*“Em 1984 o hospital psiquiátrico teria um total de 330 camas e empregava mais de 170 pessoas, das quais mais de setenta por cento eram do lugar de Lorvão ou arredores, o que valorizou em muito a região, consolidando o sucesso da escolha por um hospital naquele lugar”.* (www.monumentos.pt)

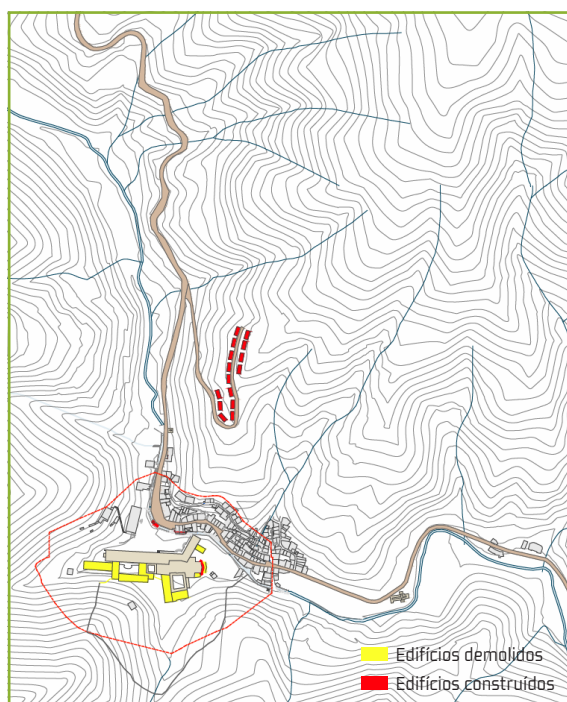


Fig. 7. Planta comparativa entre 1930 e 1960

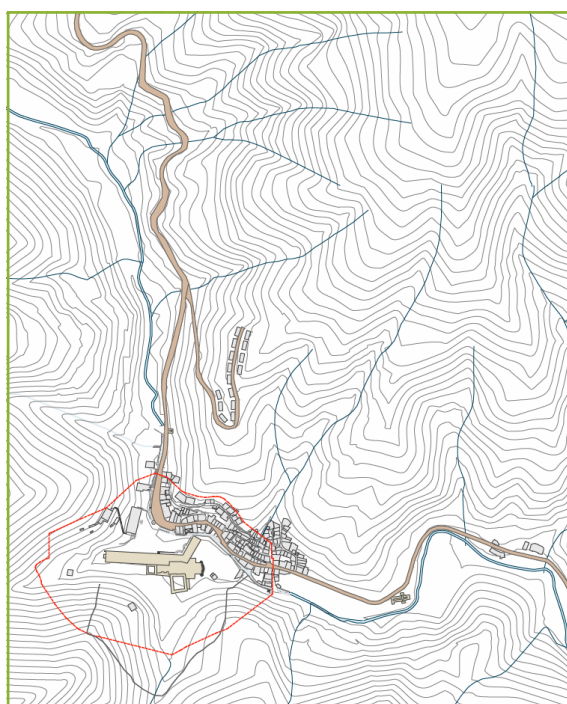


Fig. 8. Planta de Lorvão entre 1960

## O CONDICIONALISMO QUE O MOSTEIRO IMPÔS AO LUGAR DE LORVÃO

O tempo tudo muda!

O mosteiro de Lorvão é disso um exemplo; ao longo de treze séculos foi edifício religioso; foi, a partir de 1887, alojamento para famílias que não tinham tecto; hospital psiquiátrico durante 65 anos e hoje aguarda novo programa. No entanto “o monumento mesmo desligado da sua função inicial, mantém a sua importância como fator urbano e contribui para a dinâmica da forma do lugar”. [Portas, 1969, p.9]

Com a morte da última religiosa, o mosteiro, que até então era um organismo encerrado, viu-se invadido por usos eminentemente públicos e laicos, que o vincularam à dinâmica social e económica da povoação. O dormitório transformou-se em lar de várias famílias e em pequenas unidades fabris de palitos, a antiga casa dos padres em escola primária da freguesia e, em 1922, recebe a sede dos correios. O mosteiro deixava gradualmente de ter função religiosa.

A primeira obra a ser realizada no complexo, finda a ocupação cisterciense, ficou a cargo da Câmara Municipal de Penacova e data de 1927: foi uma obra de “desmantelamento” uma vez que consistiu em demolir a cerca monástica na extensão compreendida entre a casa dos padres e o topo nascente do antigo corpo do cartório e enfermaria.

A par dessas obras, é também construído um pontão que atravessa a ribeira, ligando a rua principal ao antigo terreiro do mosteiro, em frente da antiga casa dos padres, actual centro de saúde, estrutura que dilui a tão expressiva fronteira que a ribeira provoca entre o espaço urbano e a cerca conventual. Esta fronteira é cordão fundamental a manter na sua legibilidade gráfica e semântica!

Depois das obras de reconstrução do mosteiro de Lorvão, a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, é feito o projecto de adaptação a “colónia agrícola psiquiátrica”, cujo programa “apresentava evidentes dificuldades de implantação dentro da estrutura rígida do antigo dormitório, o que poderia levar a que a intervenção ficasse mais cara que a construção de um novo edifício. Abando-

nada a intenção de definir grandes enfermarias através da reestruturação completa do espaço interior, optou-se pela preservação das antigas celas, remetendo para os corredores funções que implicasse espaços maiores, caso dos refeitórios”. [Arquivo DGEMN, 1953, p.12]

O extinto terreiro, envolvido em dois dos lados pelas longas fachadas, era o espaço privilegiado de acesso ao mosteiro, sendo, em 1960, convertido em jardim público, que adquiriu um tratamento com influência barroca, composto por vários canteiros de forma triangular com sebes de buxo, que direccionavam para um ponto de água central. O jardim organizava-se como grande praça urbana articulando o mosteiro com a restante vila.

Para facilitar o acesso ao recém criado hospital, foram feitas obras de adaptação da rua principal, actual Rua Professor Doutor Bissaya Barreto, cujas fachadas foram amputadas em cerca de 1,5m, nos troços mais estreitos, de forma a permitir a passagem desafogada de ambulâncias. Na rua principal, procedeu-se igualmente ao alargamento da via, mas desta feita recorrendo ao encanamento da ribeira. [Ceia e Ferraz, 1984, p.10]

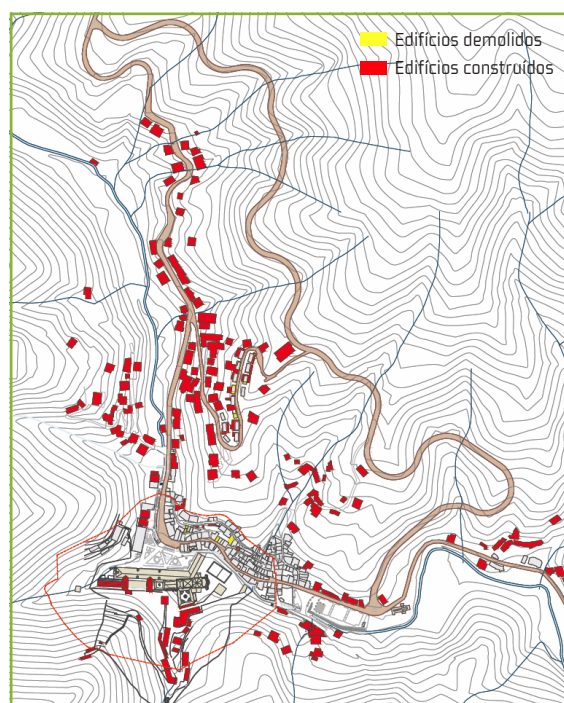


Fig. 9. Planta comparativa entre 1960 e 2015

As obras de alargamento de via tiveram repercussão no terreiro do mosteiro, implicando o prolongamento da plataforma do adro até ao topo nascente da ala norte e à consequente demolição de uma fonte e da Casa do Forno Velho. (Tomé, 2003, p.722)

### ESPAÇO PÚBLICO

De topografia muito exigente, a Vila de Lorzão, estrutura urbana resultante da existência do mosteiro, convive de forma inesperada com as fortes pendentes. O lugar foi assim ganhando valor no diálogo entre a sua estrutura urbana e arquitetónica e o mosteiro de Lorzão, monumento nacional de inegável valor cultural, artístico e histórico.

A regeneração urbana em curso (elaboração do projecto) terá como objectivo valorizar a relação do mosteiro com a vila qualificando os espaços na sua globalidade.

A proposta a desenvolver para o centro histórico de Lorzão irá contemplar todo o território urbano, (ruas, ribeira, malha medieval, zona de expansão e parque de estacionamento), criando coerência e uniformização quanto às opções formais a usar mas sabendo ver os valores urbanos de excepção. Alguns espaços urbanos, que funcionavam como espaços de produção de palitos e onde várias famílias se concentravam para a confecção de tão importante produto artesanal, merecerão atenção especial.

### MOBILIDADE

A mobilidade em Lorzão é fortemente influenciada pela malha medieval que o espaço público apresenta. No interior da malha do centro histórico, a circulação pedonal apresenta-se como único meio de mobilidade, já que as ruas apresentam um perfil muito estreito e os declives são bastante acentuados, tendo de se recorrer, muitas vezes, a escadas para a transição entre ruas.



Fig. 10. Planta da zona da regeneração urbana da Vila de Lorzão



em determinados locais definem a sua passagem entre margens.

As constantes agressões superiores a esta com lajes de acesso mal desenhadas e com materiais pouco elegantes tornaram a ribeira num problema estético que corrói a sua idílica imagem e o seu papel drenante, e carrega, a par do lugar, com valores estéticos pouco dignos para a valorização da povoação e do seu património monumental.

O projeto de regeneração urbana em curso tem a possibilidade de reverter alguns dos principais problemas com que esta se debate, investindo-se na requalificação da suas margens e nas estruturas definidoras do curso de água.

A intervenção na ribeira será assim uma necessidade vital para a requalificação da povoação e do seu mosteiro, intervenção que se espera recolher a concordância geral dos habitantes da Vila e dos proprietários confrontantes, da Autarquia e da Junta de Freguesia, do Ministério do Ambiente e do IGESPAR.

## CONCLUSÃO

A estratégia de reabilitação do centro histórico de Lorvão terá de contemplar e integrar múltiplas linhas de intervenção, para além da proposta de pavimentação e de arranjos exteriores, será feita a compatibilização de todas as infraestruturas tendo em atenção a sua repercussão (tampas de saneamento, caixas de visita) e a imagem que estas vão adquirir na estereotomia e imagem das ruas.

Com base na análise do local e de num levantamento fotográfico de patologias, foi delineado um programa base de intervenção na vila de Lorvão que se irá reger por três directrizes distintas, (i) recuperação da ribeira, (ii) requalificação do eixo viário principal e (iii) requalificação do espaço público do centro histórico, prevendo-se a possibilidade de os trabalhos serem efectuados em três etapas distintas. Os principais pressupostos para a intervenção são os seguintes:

- > Valorizar a vila através do interesse patrimonial e paisagístico, o que implica melhorar a qualidade do meio

valorizando o núcleo original da vila, tendo em vista a qualificação de funções e espaços.

- > Limpeza da ribeira e eliminação de todas as infraestruturas que esta comporta.
- > Padronização dos elementos que atravessam a ribeira.
- > Qualificação do espaço público, pavimentação, arranjo de largos e ruas e colocação de mobiliário urbano adequado.
- > Eliminação das infraestruturas aéreas de rede eléctrica, telecomunicações e iluminação pública.
- > Limpeza de muros.

Os processos de reabilitação urbana são processos lentos e complexos, dado o elevado número de factores que têm que ser considerados. A valorização do espaço público urbano do centro histórico, irá, certamente, beneficiar o mosteiro de Lorvão. Com a valorização da zona envolvente do monumento, espera-se que o fluxo de turismo aumente e, conseqüentemente, o comércio e a restauração local possam adquirir uma nova dinâmica, potenciando, inclusivamente, a criação de postos de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros e capítulos de livros

**Borges, N.** (2013). *Doçaria Conventual de Lorvão*. Penacova, Câmara Municipal de Penacova.

**Borges, N.** (1992). *Arte monástica de Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

**Brito, B.** (1602). *Primeyra Parte da chonica de Cister*. Fundação Caloust Gulbenkian.

**Castro, J.** (1938). *Portugal em Roma*. Lisboa, União Gráfica.

**Gonçalves, N.** (1953). *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.

**Herculano, A.** [data]. As freiras de Lorvão. In: *Opusculo* (1873–1908). Lisboa, Bertrand, pp. 61 e 62.

**Martins, A.** (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Anexo 9.12. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de historia teoria y composicion arquitectonica da Universidade de Sevilla, pp.1287–1324.

**Neto, M.** (1969). *A direcção geral dos edificios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929–1960)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.13.

**Portas, N.** (1969). *A cidade como arquitectura*. Lisboa, Livros Horizonte.

## Artigos

**DGEMN** (1953). Convento de Lorvão, processo de obras.

**DGEMN** (1960). Mosteiro de Lorvão. In: *Boletim da Direcção– Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº99, pp.2–15.

**Borges, N.** (1997). O Mosteiro de Lorvão. Coimbra, EPARTUR, pp.5–22.

**Borges, N.** (1983). A pedra visigótica do mosteiro de Lorvão. In: *Mundo da arte*, nº13, p.57.

**Borges, N.** (2003). As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no Mosteiro de Lorvão. In: *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (18–23 de Julho 2001), pp.56–61.

**Byrne, G.** (2012). Santa Maria de Alcobaça: o regresso ao presente. In: *Estudos/património* (2). Instituto Português do Património Arquitectónico, pp.56–61.

**Câmara Municipal de Penacova** (1993). Plano Director Municipal de Penacova: estudo de caracterização, p.50.

**Ceia, I. e Ferraz, A.** (1984). Plano geral de urbanização de Lorvão. Penacova, Arquivo Câmara Municipal de Penacova, pp.151–157.

**Marques, M.** (2011). O mosteiro de Lorvão: ainda a saída dos Monges e a entrada das freiras. In: *Revista de história da sociedade e da cultura*, nº11, p.57–74.

**Tomé, M.** (2003). A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca e Lorvão e S. Bento de Cástris. In: *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº2, pp.703–734.

## Internet

SIPA, Sistema de informação para o Património arquitectónico. Mosteiro de Lorvão. [Em linha] Disponível em [http://www.monumentos.pt/site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id](http://www.monumentos.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id) [Consultado em 15/12/2014].